

Soluções frias

Wilson Figueiredo

COM as aças do cargo, o presidente Sarney ensaia neste final de ano uns passos mais adequados para sensibilizar a platéia esquerda do palco. O congelamento é o quebra-nozoes com que ele arranca aplausos quando está em baixa. Não guenta mais as vaias.

Não mudou o presidente. Por acaso terá mudado o Natal? Este é o seu terceiro Natal e, como os anteriores, os brasileiros estão atarrotados de inflação. Entre a inflação e o Natal não há uma boa relação. Os preços dispararam à frente dos salários, para fazer as honras ao décimo-terceiro.

Como o Natal também se recusa a mudar e a inflação se acha com direito adquirido, o presidente ensaia uma nova política econômica para não variar. Sarney treina um número que é o passo à frente em matéria de política fiscal, para depois dar dois passos atrás. Não há dúvida, foi o governo que mais andou às arrelias desde a primeira república.

Sarney é chegassíssimo a um congelamento de preços. Toda vez que a teoria econômica ou ele não têm fôlego para explicar o que houve, ele bate o martelo de gelo. Daria um excelente presidente da Groenlândia. Flou em congelar preços e salários, é com ele mesmo. Degelo, só tributário: está derretendo os impostos, mas para cima. Nisso é fiel à tradição fiscal do presidencialismo brasileiro.

O congelamento de preços é o porte de arma de um presidente ameaçado pela hiperinflação. Quem entende do riscado sabe perfeitamente que Sarney vai sacar primeiro. Ele começa por dentro a lei que regula a imutabilidade das reações cotidianas a esse tipo de providência. Congelamento de preços e salários é solução de curto prazo, com dois tempos que se contradizem e se anulam. Mas favorecem a respiração dos assalariados.

No primeiro tempo, os preços ficam plantados no seu próprio campo, sem atacar pelas pontas. É o antijogo: bola para a lateral, escontos, o escambau. Em compensação, os salários dominam completamente o jogo, marcam sua presença aquisitiva na área do adversário. É placar para dois a zero, no primeiro tempo, em favor dos salários. Na tribuna de honra, o presidente Sarney cofia os jogadores.

No segundo tempo, porém, os preços fazem substituições, e os salários, botando os bofes pela boca, recuam para a entrada da área. A tréida se aflige. Foi assim na partida final do campeonato brasileiro do ano pisado, que reuniu o cruzado, com uma devastadora linha de salários, contra uma seleção de preços escalada por baixo pela própria Sunab.

O público não sabia se aplaudia o

presidente ou o cruzado (não confundir com o cruzeiro), que durante seis meses jogou o primoroso futebol húngaro. No segundo tempo, porém, quando os torcedores o procuraram, o presidente tinha se escafedido antes do final. Os preços acabaram vencendo. Sarney pode não ser um bom presidente da República, mas tem tudo para técnico da seleção brasileira de futebol — só no primeiro tempo.

Este ano, sem o congelamento, os preços correram o campo inteiro, e os salários tiveram que recuar os laterais para evitar a catástrofe. Segundo o placar da Fundação Getúlio Vargas ou o do Dieese, foi de goleada. E no ano que vem, contra a hiperinflação, vai ser pior.

Já que o Natal não muda, Sarney também não. Marx foi mordaz com a história, mas poupou os governantes quando definiu a repetição como farsa. Esqueceu os farsantes. Sarney se repete todos os anos sem se dar conta de que só consegue enganar-se. Mas é quem tem mais necessidade de iludir-se, depois que as pesquisas de opinião se tornaram tão desagradáveis quanto aquele tipo social que, segurando pelo braço o interlocutor, leva-o para um canto e anuncia que vai ser franco. Antes não fosse. Sarney, se pudesse, pediria às pesquisas para poupá-lo no último ano de governo. Preferia que fossem agradáveis, ainda que faltando à verdade.

O bom cabrito não berra. Sarney balia como o cordeirinho da fábula e, com a inocência cacheada à maneira de La Fontaine, protesta contra o lobo que o acusa de ter babujado a água que serve à nova república. Sarney alega que, a juízo dos acontecimentos, nem decreto-lei consegue violar a lei da gravidade, na sua mais bucólica demonstração, que é um riacho de águas constituintes.

O cordeirinho conformado está apenas refazendo os cálculos para a sua tradicional ofensiva de fim e começo de ano, quando reforma o seu ministério mambembe e se dispõe a conter os gastos do seu lado. É geralmente quando, espremido entre a inflação e a presidência inercial, o ministro da Fazenda começa a bambejar.

Tão certo quanto Orestes Quécia será candidato à sucessão presidencial de Sarney, seja quando for, o presidente irá para o duplo congelamento de preços e de salários — quando começar a votação do seu mandato no plenário da Constituinte.

Ninguém pode ser contra, pois de alguma forma todos são beneficiados. Os primeiros prejudicados, os preços, aplaudirão pelos seus porta-vozes autorizados, com a ressalva de que o choque será certamente transitório no mercado ou no que resta dele. Aqui e ali, alguns economistas repetirão velhos argumentos, porque começam a se dar conta de que,

desde Salomão, não há realmente nada de novo sob o sol. Nem os lírios do campo.

Desta vez o assalariado será mais rápido: a tendência é sacar antes e alvejar toda a mercadoria na prateleira enquanto o preço está ao seu alcance.

No terceiro congelamento do governo Sarney, que passará à história como o período glacial da nova república, a duração do efeito tende a ser breve. Dá para o gasto. Desta vez não será para enganar o consumidor. O destinatário agora é o constituinte. Sarney encena a sua reforma fiscal tendo como alvo preferencial o rico, mas quem vai sair ferido é o assalariado mesmo. O capital é anônimo, e o assalariado está fichado na receita federal.

Pela altura em que o mandato presidencial e o sistema de governo forem para a ordem do dia da Constituinte, um decreto-lei providenciará o congelamento de preços e salários: o presidente comparecerá ao vivo na televisão, a nova república será citada nominalmente, a democracia receberá outro voto de confiança (desde que não seja eleição direta, não há problema), a economia de mercado terá as honras devidas a tudo que tem status de princípio, e o congelamento esfriará os ânimos cívicos e os desânimos políticos.

Se todos preferem ser enganados, não custa fazer-lhes mais esse favor. Mesmo atordado pela impopularidade, Sarney se lembra de que é alta a taxa dos que preferem ser enganados favoravelmente por um breve período. É difícil admitir que Sarney tenha aprendido com o seu erro de conciliar a economia de mercado e a economia de estado. Nem parece preocupado com o assunto. Quer é resolver a questão do mandato, para dispor de outro ano além da franquia que os constituintes lhe deixaram como gratificação de função.

Congelamento de preços e salários traz benefício geral: os empresários arrotam argumentos em favor da economia de mercado, mas faturam o seu com o congelamento dos salários. Os assalariados, exaustos de correr atrás dos salários no trabalho e dos preços no lazer, só podem bendizer a trégua. E os constituintes acertam com Sarney os cinco anos de mandato.

Quando o congelamento tiver produzido a escassez — que é o seu produto final —, os constituintes já terão consumido a própria soberania e voltado ao seu natural de congressistas. Será tarde. Até lá, todos ganham alguma coisa: empresários, empregados, políticos. Até Sarney, embolsando os cinco anos. Voltará à televisão tendo ao lado o sorriso Bresser Pereira, finalmente com razão de ser. Vai-se ver então o que é mais durável: o efeito do congelamento ou o mandato presidencial.